



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2025.0000595964

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1005744-42.2021.8.26.0286, da Comarca de Itu, em que é apelante IPS EMPREENDIMENTOS S/A, é apelado DASH LTDA EPP (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FLAVIO ABRAMOVICI (Presidente sem voto), MARRONE SAMPAIO E CARLOS EDUARDO BORGES FANTACINI.

São Paulo, 12 de junho de 2025.

GILSON DELGADO MIRANDA
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

2ª Vara Cível da Comarca de Itu
Apelação n. 1005744-42.2021.8.26.0286
Apelante: IPS Empreendimentos S/A
Apelada: Dash Ltda.

Voto n. 31.699

LOCAÇÃO. Embargos à execução. Cumulação de perda de desconto por pontualidade com multa moratória. Possibilidade. Inexistência de 'bis in idem'. Jurisprudência do STJ. Excesso de execução afastado. Embargos rejeitados. Recurso provido.

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a sentença de fls. 930/933, cujo relatório adoto, complementada a fls. 953 (embargos de declaração), proferida pelo juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Itu, Bruno Henrique Di Fiore Manuel, que acolheu em parte embargos à execução "tão-somente no tocante à aplicação das multas, de modo que deve ser considerada apenas a multa resolutória prevista em contrato", reconhecendo excesso de execução e determinando "como devido o valor total de R\$ 263.640,37, referente aos débitos de 07/2020 a 05/2021"; reconheceu também sucumbência mínima da embargada e condenou a embargante ao pagamento de honorários sucumbenciais de 10% "do valor da condenação", observada a gratuidade da justiça.

Segundo a recorrente, exequente embargada, a sentença deve ser reformada, em síntese, porque tanto o perito judicial quanto o juízo de origem entenderam "de forma equivocada que a cobrança da multa resolutória (R\$ 24.463,67) em conjunto com a cobrança de valores por revogação de descontos (R\$ 67.309,56) configura Bis in idem, o que não é verdade".

Recurso tempestivo, preparado (fls. 964/695 e 1.057/1.061) e respondido (fls. 970/977).

Distribuído o recurso na forma da Resolução n.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

903/2023 do Órgão Especial, não houve oposição ao julgamento virtual.

Esse é o relatório.

Inicialmente, rejeito a inoportuna preliminar de cerceamento de defesa deduzida em contrarrazões de apelação. De um lado, se a apelada pretendia insurgir-se contra a sentença, deveria ter interposto recurso de apelação independente ou adesivo. De outro, ainda que assim não fosse, fato é que a anterior interposição de recurso inadequado (Agravo de Instrumento n. 2121127-65.2023.8.26.0000) implica preclusão consumativa (princípio da singularidade recursal).

Dito isso, o recurso deve ser provido.

Muito diferente do que imaginou o perito judicial e do que decidiu o juízo de origem, a questão acerca da legalidade ou ilegalidade da cumulação da perda do abono de pontualidade com a multa moratória não é, nem de longe, questão técnica afeta à ciência contábil, mas sim uma questão jurídica afeta à ciência do Direito.

Trata-se, obviamente, de questão a ser decidida pelo juízo e não esclarecida pelo perito!

Nesse diapasão, como já deveria ser largamente sabido, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não há espaço para se falar em 'bis in idem' em casos como o dos autos: "a jurisprudência das Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte entende que a cumulação da perda de desconto por pontualidade com multa moratória, que tem por propósito punir o inadimplemento, não caracteriza dupla penalidade na hipótese de pagamento efetuado com atraso" [grifei] (STJ, AgInt-AREsp n. 1.691.091-SP, 4ª Turma, j. 31/08/2020, rel. Min. Raul Araújo).

No mesmo sentido: **1)** STJ, AgInt-REsp n. 1.894.518-SP, 3ª Turma, j. 01/03/2021, rel. Min. Marco Aurélio Bellizze; **2)** STJ, AgInt-REsp n. 1.787.454-SP, 4ª Turma, j. 25/06/2019, rel. Min. Antonio Carlos Ferreira; e **3)** STJ, REsp n. 1.745.916-PR, 3ª Turma, j. 19/02/2019, rel. Min. Nancy Andrighi.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

À vista dessas considerações, afasto o excesso de execução reconhecido na sentença e, com isso, rejeito os embargos à execução em sua totalidade. Diante da sucumbência integral agora caracterizada, condeno a apelada ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da apelante, arbitrados em 10% do valor atualizado desta causa, na forma do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil, considerando o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado e o tempo exigido para tanto. Observe-se eventual gratuidade da justiça.

Posto isso, **dou provimento** ao recurso, nos moldes indicados alhures.

GILSON MIRANDA
Relator
Assinatura Eletrônica